



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 708/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 11154/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Regime Próprio de Previdência Social do Município de Urucará - URUCARAPREV.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Sr. Arnei dos Santos Matias, Diretor do RPPS/URUCARÁ.

6- Unidade Técnica: DICAMI - Informação nº 477/2015 (fls. 232/233).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Despacho nº 141/2015-MP-ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fl. 234)

8- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas. Regime Próprio de Previdência Social do Município de Urucará. Exercício 2013.

Contas Regulares com Ressalvas. Multa. Prazo. Autorização de inscrição na Dívida Ativa. Determinação a origem. Notificação ao interessado.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Regular com Ressalvas a Prestação de Contas do Sr. **Arnei dos Santos Matias**, responsável pelo Regime Próprio de Previdência Social do Município de Urucará durante o exercício de 2013;

9.2- Multar o Sr. Arnei dos Santos Matias:

9.2.1- R\$ 6.576,18 (seis mil, quinhentos e setenta e seis reais e dezoito centavos) com fulcro no art. 308, II, da Resolução n.º 04/02 – TCE/AM em razão da remessa intempestiva de dados (abril, maio, junho, julho, novembro e dezembro) por meio do sistema ACP;

9.2.2- R\$ 4.468,42 (quatro mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e dois centavos) com fulcro no art. 53, parágrafo único, da Lei n.º 2.423/96 em virtude do deficitário controle de almoxarifado, da remessa intempestiva de documentos previstos pela Resolução n.º 08/11 – TCE/AM e do não encaminhamento, junto a esta prestação de contas, de documentos previstos pela Resolução n.º 08/11 – TCE/AM;

9.3- Fixar prazo de 30 (trinta) dias ao gestor responsável para que recolha, em favor dos cofres estaduais, os montantes inerentes às multas aplicadas com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n.º

Diário Eletrônico do TCE/AM,
Edição Nº _____
De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS - DIRAC

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 708/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

04/2002 – TCE/AM. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, o valor das multas deverá ser atualizado monetariamente (art. 308, § 3º, da Resolução 04/02);

9.4- Autorizar, desde já, a instauração da cobrança executiva no caso de não recolhimento dos valores da condenação, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n.º 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução n.º 04/02-TCE/AM;

9.5- Determinar à origem que observe, com maior afincio, as determinações contidas na Resolução n.º 08/11 – TCE/AM e na Resolução n.º 10/12 – TCE/AM, bem como implemente sistema eficaz de controle de entrada e saída de materiais e respeito o princípio da segregação de funções;

9.6- Notificar o interessado a respeito do desfecho concedido a estes autos.

10- Ata: 33ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 02 de setembro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

12.1- Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLAUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral